

## DECRETO Nº 12.220 DE 29 DE JUNHO DE 2010

(Publicado no Diário Oficial de 30/06/2010)

### Procede à Alteração nº 137 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Conv. ICMS 84/01, os Protocolos 17/09 e 116/09 e o Despacho CONFAZ 88/08,

### DECRETA

**Art. 1º** Os dispositivos do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, abaixo indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

**I** - a alínea “f” do inciso I e o inciso II do *caput* do art. 137:

“f) do mês subsequente à ocorrência do lançamento de ofício, no caso de mercadorias em trânsito, exceto no tocante às infrações tipificadas no inciso IV do art. 42 da Lei nº 7.014, de 04/12/96;”;

“II - no dia da ocorrência, nas infrações tipificadas no inciso IV do art. 42 da Lei nº 7.014, de 04/12/96, quando apuradas no trânsito de mercadorias;”;

**II** - o § 3º do art. 231-B:

“§ 3º A SEFAZ disponibilizará para o contribuinte um ambiente de homologação onde poderá realizar testes para adaptação ao sistema de emissão de NF-e e CT-e, não se configurando como efetiva emissão do documento eletrônico.”;

**III** - a alínea “b” do inciso LXI do *caput* do art. 343:

“b) importações do exterior, até 30/06/2011;”;

**IV** - a alínea “c” do inciso II do *caput* do art. 443-G:

“c) reincidir em infrações previstas no inciso IV e alínea “c” do inciso V, do art. 42 da Lei nº 7.014, de 04/12/96.”;

**V** - o art. 660:

“Art. 660. A Secretaria da Fazenda poderá suspender, por prazo de um a cinco anos, a autorização para imprimir documentos fiscais com relação ao estabelecimento gráfico que incidir na infração prevista na alínea “b” do inciso XV do art. 42 da Lei nº 7.014, de 04/12/96, ou confeccionar tais documentos em desconformidade parcial ou total com a respectiva Autorização para Impressão de Documentos Fiscais, concedendo-se ao contribuinte a

oportunidade de ampla defesa, segundo os critérios e princípios do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, no que couber.”;

**VI - o § 6º do art. 708-B:**

“§ 6º A entrega de arquivo magnético em atendimento à intimação de que trata o caput deste artigo, fora das especificações e requisitos previstos no Convênio ICMS 57/95, configura não fornecimento, estando o contribuinte sujeito à penalidade prevista na alínea “j” do inciso XIII-A do art. 42 da Lei nº 7.014, de 04/12/96.”;

**VII - o caput do art. 911:**

“Art. 911. Constitui infração relativa ao ICMS a inobservância de qualquer disposição contida na legislação deste tributo, especialmente das previstas no art. 42 da Lei nº 7.014, de 04/12/96.”;

**VIII - a coluna “ESTADOS SIGNATÁRIOS” do item 22 do Anexo 86 (Prots. ICMS 17/09 e 116/09 e Despacho CONFAZ 88/08):**

“AL, AP, AM, BA, ES, MA, MT, MG, PA, PR, PI, RJ, RS, SC e SP”.

**Art. 2º** Fica acrescentado o § 8º ao art. 238 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, com a seguinte redação (Conv. ICMS 84/01):

“§ 8º O ECF a ser utilizado para emissão de Cupom Fiscal com início da prestação em outra unidade federada que não a do estabelecimento usuário, deverá atender ao disposto no inciso IV da cláusula sétima do Conv. ICMS 85/01.”.

**Art. 3º** Os dispositivos do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.629, de 09 de julho de 1999, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

**I - o inciso IV do art. 51:**

“IV - a intimação para apresentação de justificação no prazo de 30 (trinta) dias;”;

**II - o caput do art. 53:**

“Art. 53. Uma vez intimado da emissão da Notificação Fiscal, o sujeito passivo terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da intimação, para apresentar justificação na repartição do seu domicílio fiscal, comprovando ser indevido o valor exigido.”.

**Art. 4º** Os incisos II-A e II-F do *caput* do art. 2º do Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, passam a vigorar com as seguintes redações:

“II-A. - até 31 de dezembro de 2014, pelo recebimento do exterior de embalagem e dos insumos a seguir indicados, destinados à produção de herbicidas, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da industrialização no estabelecimento importador:

- a) fósforo branco - NCM 2804.70.10;
- b) catalisador em suporte, tendo como substância ativa um metal precioso ou composto de metal precioso - NCM 3815.12;
- c) catalisador em suporte, tendo como substância ativa o cobre ou seus compostos – NCM 3815.19.00;
- d) outros catalizadores em suporte - NCM 3815.19.00;
- e) agente orgânico de superfície, não iônicos (surfactante) - NCM 3402.13.00;”;

“II-F. - até 31 de dezembro de 2011, nas entradas decorrentes de importação do exterior, dos produtos indicados a seguir, quando importados por contribuintes industriais que tiverem obtido aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal ou financeiro por este estado, para o momento da saída dos produtos resultantes da industrialização no estabelecimento importador:

- a) cera de palma - NCM 21.10.00;
- b) ácido palmítico - NCM 915.70.11;”.

**Art. 5º** Ficam acrescentados ao Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, os seguintes dispositivos:

**I** - o inciso XXX ao *caput* do art. 2º:

“XXX - nas entradas decorrentes de importação do exterior de fibra de vidro - NCM 7019.12.90, desde que destinada a estabelecimento de contribuinte industrial que tiver obtido aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal ou financeiro concedido por este Estado, mediante Resolução do Conselho competente, para o momento da saída dos produtos resultantes da industrialização;”

**II** - o § 1º ao art. 5º-B, renumerando o parágrafo único para § 2º, mantida a sua redação:

“§ 1º Não será exigida habilitação para operar no regime de diferimento, relativamente às operações de que trata este artigo.”.

**Art. 6º** Ficam revogadas as disposições em contrário e, em especial, o inciso II do art. 231-F, e à alínea “c” do inciso I do art. 231-G., do Regulamento do ICMS,

aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de junho de 2010.

**JAQUES WAGNER**

Governador

Eva Maria Cella Dal Chiavon

Secretária da Casa Civil

Carlos Martins Marques de Santana

Secretário da Fazenda